

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.765 - SP (2019/0224238-4)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE : W.R.A. FITNESS E PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADOS : LUIZ FELIPE DE LIMA BUTORI E OUTRO(S) - SP236594**  
**FÁBIO DE SOUZA QUEIROZ CAMPOS - SP214721**  
**EMBARGADO : JOSE JANNARELLI**  
**EMBARGADO : TABATINGA ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA**  
**EMBARGADO : MARIA HELENA ANNA JANARELLI MAGALHAES**  
**ADVOGADOS : MARIA AMÉLIA JANNARELLI - SP234100**  
**ANA LÚCIA SCHEUFEN TIEGHI - SP234075**  
**GUILHERME ALVES CORRÊA DE LIMA STEFANINI - SP315584**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por W.R.A. FITNESS E PARTICIPAÇÕES LTDA., em face da decisão monocrática de fls. 501/503, e-STJ, que conheceu do agravo para dar provimento ao recurso especial interposto pela ora embargada.

Em suas razões, a embargante alega que a alteração promovida pela decisão embargada, ao alterar o valor fixado para os honorários advocatícios, acabou por ofender a Súmula 7 do STJ.

Acrescenta que o precedente utilizado para fundamentar a decisão agravada *"não tem efeito erga omnes e não possui força vinculante sobre os demais casos, tratando-se, tão somente, de um precedente isolado, que não se confunde tampouco com recurso julgado sob a égide dos recursos repetitivos"* (e-STJ, fl. 506).

Defende, assim, a aplicabilidade dos julgados que entendem pela *"fixação de honorários por equidade, quando a parametrização sugestiva de 10% prevista no § 2º do art. 85 implicar enriquecimento sem causa"* (e-STJ, fl. 506)

Não houve a apresentação de impugnação aos embargos.

É o relatório.

Passo a decidir.

Não há vício na decisão embargada. Era mesmo de rigor a alteração do acórdão proferido na origem, a fim de determinar a fixação dos honorários sucumbenciais em 10% sobre o valor da causa, diante da improcedência da ação renovatória de locação de imóvel ajuizada pela ora embargante, em substituição ao estabelecimento equitativo do valor

de R\$ 10.000,00, conforme orientação pacífica desta Corte.

Com efeito, a Segunda Seção, no julgamento do REsp 1.746.072/PR, afastou, na nova sistemática do CPC/2015, a possibilidade de fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, na hipótese de valor da causa expressivo, e definiu que a expressa redação legal deve ser observada, de modo que a verba honorária seja fixada no patamar de 10% a 20% sobre a objetiva e concreta base de cálculo que o art. 85 do CPC/2015 discrimina, relegando ao § 8º daquele dispositivo a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação equitativa, que não se aplica ao caso dos autos.

O valor da causa é que deve servir de parâmetro para a fixação da verba honorária e justifica a alteração promovida por esta Corte, sem que isso importe ofensa à Súmula 7/STJ.

Ademais, o precedente utilizado na decisão embargada, ainda que não tenha sido firmado por meio de julgamento de recurso especial repetitivo, é pertinente ao caso e reproduz entendimento das duas Turmas que compõem a Seção de Direito Privado desta Corte, sendo capaz de nortear o julgamento do presente recurso.

Logo, a insurgência trazida nos aclaratórios apenas traduz discordância com o desfecho dado ao feito.

Aliás, o vício que justifica a oposição dos aclaratórios é o interno ao julgado, que redundava em omissão, contradição ou obscuridade. A insatisfação com o resultado do julgamento, portanto, não é impugnável por instrumento que objetiva a correção de vício interno da decisão que causou a inconformidade da parte, mas por recurso processual adequado.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator